

O HHS finaliza o regulamento para a melhoria da igualdade no sector da saúde ao abrigo da Affordable Care Act

O regulamento final proíbe a discriminação com base na raça, cor, nacionalidade, sexo, idade ou deficiência; promove a assistência linguística para indivíduos com proficiência limitada em inglês; e protege as pessoas portadoras de deficiência

O Department of Health and Human Services (HHS, Departamento de Saúde e Serviços Humanos) emitiu hoje um regulamento final para promover a igualdade no sector da saúde e reduzir as disparidades nos cuidados de saúde. Ao abrigo do regulamento, as pessoas encontram-se protegidas de discriminação em cuidados de saúde com base na raça, cor, nacionalidade, idade, deficiência e sexo, incluindo discriminação baseada em gravidez, identidade de género e estereótipos sexuais. Em complemento à implementação da proibição da discriminação sexual imposta pela Secção 1557, o regulamento final promove também a assistência linguística para pessoas com proficiência limitada em inglês e ajuda a assegurar uma comunicação eficaz no caso de pessoas portadoras de deficiências. As protecções no regulamento final e na Secção 1557 relativamente a direitos e responsabilidades dos indivíduos de muitas seguradoras de saúde, hospitais e planos de saúde administrados ou que recebem financiamento federal do HHS baseia-se nas leis de direitos civis para promover protecções a populações não servidas, sem seguro e, muitas vezes, excluídas.

O regulamento final de *Nondiscrimination in Health Programs and Activities* (Não discriminação em Programas e Actividades de Saúde) implementa a Secção 1557 do Affordable Care Act (Lei para Cuidados de Saúde Acessíveis), que é a primeira lei de direitos civis federal a proibir amplamente a discriminação com base no sexo em todos os programas de cuidados de saúde financiados a nível federal. Anteriormente, as leis de direitos civis aplicadas pelo HHS Office for Civil Rights (OCR, Gabinete de Direitos Civis) barrava amplamente a discriminação com base apenas na raça, cor, nacionalidade, deficiência ou idade.

"Um objectivo central da Affordable Care Act é ajudar todos os americanos a terem acesso a cuidados de saúde acessíveis, de qualidade. O comunicado de hoje é um passo em frente no sentido da igualdade no nosso sistema de cuidados de saúde e reafirma o compromisso desta Administração em conceder acesso a todos os americanos aos cuidados de saúde que merecem," declarou a Secretária do HHS Sylvia M. Burwell.

O regulamento final ajuda os consumidores que procuram entender os seus direitos e clarifica as responsabilidades dos prestadores de cuidados de saúde e seguradoras que recebem financiamento federal. O regulamento final aborda também as responsabilidades dos emissores que oferecem planos no Health Insurance Marketplaces. Entre outros pontos, o regulamento final proíbe práticas de marketing ou modelos de benefícios que discriminem com base na raça, cor, nacionalidade, sexo, idade ou deficiência. O regulamento final também proíbe práticas discriminatórias por prestadores de cuidados de saúde, tais como hospitais que aceitam Medicare ou médicos que participam no programa Medicaid.

O regulamento final proíbe a discriminação sexual em cuidados de saúde incluindo pela:

- Exigência em como as mulheres têm de ser tratadas de forma igual aos homens nos cuidados de saúde que recebem. Outras disposições da ACA barram determinados tipos de discriminação sexual em seguros, por exemplo, através da proibição de encargos acrescidos para mulheres em comparação aos homens. Ao abrigo da Secção 1557, as mulheres encontram-se protegidas de discriminação não apenas nas coberturas de saúde que obtêm mas também nos serviços de saúde que procuram por parte dos prestadores.
- Proibição de recusa de cuidados de saúde ou coberturas de saúde com base no sexo do indivíduo, incluindo discriminação com base em gravidez, identidade de género e estereótipo sexual.

Inclui também protecções importantes para pessoas portadoras de deficiência e promove a assistência linguística para pessoas com proficiência limitada de inglês incluindo pela:

- Exigência de que as entidades abrangidas efectuem informação electrónica e acessibilidades para pessoas portadoras com deficiência em edifícios recentemente construídos ou alterados e a concessão de ajudas e serviços auxiliares adequados para indivíduos portadores de deficiência.
- Exigência de que as entidades abrangidas efectuem passos razoáveis para facultar acesso relevante a cada indivíduo com LEP. As entidades abrangidas são também encorajadas a desenvolver planos de acesso linguístico.

Embora o regulamento final não determine se a discriminação com base na situação de orientação sexual do indivíduo por si só é uma forma de discriminação sexual ao abrigo da Secção 1557, o regulamento clarifica que o OCR vai avaliar as reclamações relacionadas com alegada discriminação sexual com base na orientação sexual do indivíduo para determinar se envolvem as formas de estereótipos que podem ser abordados ao abrigo da 1557. O HHS apoia a proibição de discriminação relacionada com orientação sexual como um assunto de polícia e vai continuar a monitorizar os desenvolvimentos legais neste assunto.

O regulamento final indica que nas situações em que a aplicação de qualquer requisito do regulamento viole os estatutos federais aplicáveis que protegem a liberdade e consciência religiosas, essa aplicação não é obrigatória.

Para mais informações sobre a Secção 1557, incluindo fichas informativas e perguntas frequentes, visite www.hhs.gov/civil-rights/for-individuals/section-1557.

Para saber mais sobre leis de não discriminação e de privacidade de informação de saúde, os seus direitos civis, e os direitos de privacidade em situações de cuidados de saúde e serviço humano, e para encontrar informação sobre como realizar uma reclamação, visite-nos em www.hhs.gov/ocr.

###